

## Pressão sobre dívida pública crescerá sem reforma, diz Tesouro

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

O adiamento da reforma da Previdência, por ora, não traz implicações para a estratégia de financiamento público. Mas se uma solução não for encontrada até o fim de 2018, o custo da dívida - que recua na esteira da taxa Selic - pode voltar a subir nos próximos anos, com a necessidade de maior financiamento.

A preocupação dos investidores com as contas públicas e com a Previdência tem feito a composição da dívida caminhar em direção contrária à considerada ideal há alguns anos, afirmou o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Leandro Secunho. Desde 2014, por exemplo, a participação dos títulos com taxas pós-fixadas - as que trazem mais risco à gestão da dívida - tem crescido no cômputo geral da dívida. Esse tipo de papel teve sua fatia na dívida pública elevada de 18,7% há quatro anos para 32,4% em janeiro. "[A dívida] já está sendo impactada. Quando mais for postergada [a reforma], maior vai ser o impacto", disse.

A pressão na gestão da dívida, tanto em termos de composição quanto de outras variáveis como custo, deve ficar ainda maior conforme a reforma da Previdência

continua sendo postergada. "Não havendo reforma, a necessidade de financiamento aumenta e investidores tendem a pedir juros maiores, o que leva a uma dívida mais cara", afirmou.

Apesar disso, ele ressalta que não há preocupações acerca de 2018, porque os cenários considerados pelo Tesouro na elaboração do Plano Anual de Financiamento (PAF) já comportam uma aprovação da reforma da Previdência no fim do ano e até uma não aprovação. Nesse caso, as preocupações ficam para os anos seguintes. "Se não for aprovada, trará impactos relevantes em termos de maior volume de dívida e em termos de composição."

Enquanto as preocupações fiscais continuam no radar dos investidores, a queda da Selic tem assegurado custos de captações em níveis historicamente baixos. O custo médio da dívida pública federal caiu de 10,29% ao ano em dezembro para 10,06% ao ano no mês passado. Na Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMFi), esse custo caiu de 10,34% ao ano em dezembro para 10,1% ao ano, atingindo o menor nível desde o início da série, em dezembro de 2005.

Além do menor custo, o Tesouro conseguiu uma leve redução do estoque da Dívida Pública Federal. Houve queda nominal de 0,87%, para R\$ 3,528 trilhões. Já na dívida

interna, houve recuo de 0,87%, para R\$ 3,405 trilhões.

A melhora em indicadores como custo são registrados mesmo após os novos rebaixamentos do rating soberano que o país recebeu. Na avaliação de Secunho, mesmo sem o grau de investimento, ainda existe demanda pelo título brasileiro. Ele lembrou que, em janeiro, o governo captou US\$ 1,5 bilhão no mercado internacional com a reabertura do Global 2047 e a demanda foi quatro vezes maior que o total levantado. Na ocasião, a taxa de juros paga foi de 5,6% ao ano, percentual inferior ao pago no lançamento da emissão, em setembro de 2016, de 5,875% ao ano.

Secunho ressaltou que, se as agências de classificação de risco fizessem uma análise quantitativa da economia brasileira, o país ainda teria grau de investimento. Mas ele reconheceu que outros critérios são considerados para a tomada de decisão - como a rigidez fiscal e questões políticas.

O coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, Luiz Fernando Alves, afirmou que as agências de classificação de risco reconhecem a qualidade do perfil da dívida brasileira, com diversificação em termos de risco de mercado, boa proporção de dívida prefixada, boa exposição cambial e base de investidores diversificada.





"Mas a agência [rating] tem que ponderar outros fatores, como o ambiente político e o ambiente para aprovação das reformas. Algumas avançaram, mas ainda temos desafios - e o exemplo mais imediato é a reforma da Previdência", ressaltou Alves.

Secunho destacou ainda que este é um ano em que investidores esperam volatilidade, inclusive devido à disputa eleitoral, o que eleva

a procura por Letras Financeiras do Tesouro (LFT, títulos pós-fixados). Uma amostra disso ocorreu no dia 24 de janeiro, quando o Tesouro teve que reduzir as emissões de LTN e NTN-F, papéis prefixados, devido a um forte movimento de volatilidade. Foi o dia do julgamento em segunda instância do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, evento visto pelo mercado como crucial para a definição do cenário eleitoral dos próximos meses.

## Custo menor

Dívida pública tem se beneficiado da queda dos juros , em % ao ano\*



Fonte: Tesouro. \*Custo médio da Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMFi) acumulado em 12 meses

## Problemas além da Previdência

*Próximo governo terá de decidir, já em 2019, questões fiscais que impactam 70% do Orçamento*

Martha Beck e Geralda Doca

-Brasília- Ao deixar a reforma da Previdência para 2019, o governo Michel Temer só aumentou a lista de problemas fiscais que o próximo presidente precisará resolver já no primeiro ano de mandato. Além de negociar com o Congresso mudanças no regime de aposentadorias, o vencedor da corrida eleitoral terá pela frente a missão de discutir uma nova regra para o salário mínimo (a atual acaba em 2019), negociar com o funcionalismo mais uma rodada de reajustes salariais e encontrar a solução para um desequilíbrio de cerca de R\$ 200 bilhões no Orçamento provocado pelo desenquadramento na regra de ouro — aquela que não permite que a União se endivide para pagar despesas correntes. Tudo isso pressionado pela regra do teto de gastos, segundo a qual as despesas públicas só podem crescer com base na inflação do ano anterior.

As decisões de política fiscal tomadas no primeiro ano do próximo governo terão impacto sobre 70% do Orçamento e definirão a trajetória das despesas públicas por um ciclo de quatro anos, afirmam especialistas. Manoel Pires,

pesquisador do Ibre/FGV, destaca, por exemplo, que um dos maiores impactos será provocado pela forma de reajuste do salário mínimo. Cada 1% de aumento na remuneração básica dos trabalhadores tem impacto de R\$ 3,8 bilhões nas contas públicas.

A atual forma de correção do mínimo — pela qual o salário deve ser reajustado pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes — vale até 2019. Essa é uma forma de assegurar que haja ganho real para os trabalhadores. Pires lembra que o governo tem dado aumentos reais para o salário mínimo desde a década de 90. Assim, será muito difícil que a nova regra não mantenha o mesmo princípio.

— Do ponto de vista fiscal, a dificuldade é que o salário mínimo tem impacto tanto nas despesas de aposentadorias quanto nas de benefícios como a Loas. E o governo estará pressionado pelo teto do gasto — destaca Pires, lembrando que a própria regra do teto determina que, se ele for descumprido, o governo é obrigado a adotar uma série de medidas de correção, inclusive ficando impedido de dar aumentos reais ao mínimo.

### CORTE DE DESPESAS PARA CUMPRIR TETO DE GASTO

Outro desafio será a negociação

salarial com os servidores públicos. O acordo firmado com as categorias se encerra em 2018. Para fechar as contas deste ano, a equipe econômica ainda tenta adiar o reajuste de 2018 para 2019, o que representaria uma economia de R\$ 4,4 bilhões. A medida, no entanto, está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda precisa julgar o assunto em plenário.

— As categorias têm pautas próprias e vão pressionar por reajustes. O governo também vai ter que fazer essa negociação com o teto em vista — explica o pesquisador do Ibre.

Em meio a esse cenário, o próximo presidente terá pela frente que definir se vai propor uma reforma da Previdência e em que termos. A não aprovação da reforma em 2018 já vai ter um impacto de R\$ 19 bilhões nas despesas de 2019, o que obrigará a equipe econômica a apertar o Orçamento do ano que vem. Mas, quanto mais tempo o governo levar para atacar o problema, mais dura será a reforma.

Dados do Ministério do Planejamento mostram que os gastos obrigatórios, incluindo Previdência, pessoal, abono salarial e seguro-desemprego já consumirão 90,6% das despesas primárias de 2018. Esse número subirá para 93,6% em 2019 e para 96,4% em 2020. Em





2022, esse percentual vai superar 100%. Isso obrigará o governo a cortar despesas para cumprir o teto de gastos.

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, lembra que existe ainda o problema da regra de ouro. Ela define que as operações de crédito da União não podem ficar acima das despesas de capital (essencialmente investimentos). Seu principal objetivo é impedir que o governo aumente a dívida pública para pagar gastos correntes, como salários e benefícios previdenciários. O problema é que a crise fiscal dos últimos anos derrubou os investimentos e elevou o endividamento, dificultando o cumprimento da norma.

Em 2017, por exemplo, a conta só fechou porque o BNDES devolveu R\$ 50 bilhões ao Tesouro. Graças a isso, os investimentos ficaram quase R\$ 30 bilhões acima das operações de crédito. Essa margem é pequena quando comparada ao resultado dos últimos anos. Em 2014, ela foi de R\$ 112,7 bilhões; em 2015, de R\$ 62,2 bilhões; e em 2016, de R\$ 86,2 bilhões. Para 2018, a equipe econômica ainda busca uma forma de equacionar esse desequilíbrio, calculado em R\$ 208,6 bilhões. Para 2019, a conta também gira em torno de R\$ 200 bilhões. No entanto, o BNDES não tem mais recursos a devolver.

— O novo governo terá que resolver logo a regra de ouro. Sem recursos do BNDES para resolver o desenquadramento, é preciso dar uma solução estrutural para o problema. É preciso colocar o dedo na ferida — afirma Salto.

#### ADEQUAÇÃO DA NOVA LEI TRABALHISTA

Em outra frente que ainda deve passar por ajustes, que podem se estender até o próximo governo, o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira, disse ontem, ao tomar posse na Corte, que a prioridade agora será adequar a nova lei trabalhista à jurisprudência da Justiça do Trabalho. O TST já começou a fazer a atualização das súmulas, que vão servir de base para decisões em todo o país. Ele destacou que, no que depender dele, a legislação será cumprida.

— Enfrentaremos questões complexas (...). A prioridade agora é a implantação da reforma trabalhista na jurisprudência da Justiça do Trabalho. No que depender de mim e, acredito, do tribunal, a lei será cumprida, pois vivemos num Estado democrático de direito — afirmou o ministro.

Bruto Pereira assumiu a presidência do TST no biênio 2018/2020, no lugar do ministro Ives Gandra Martins Filho.

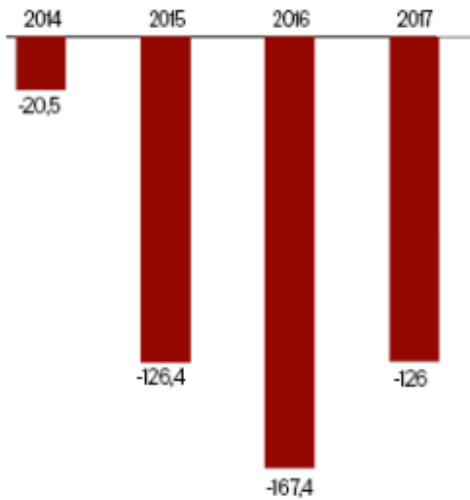




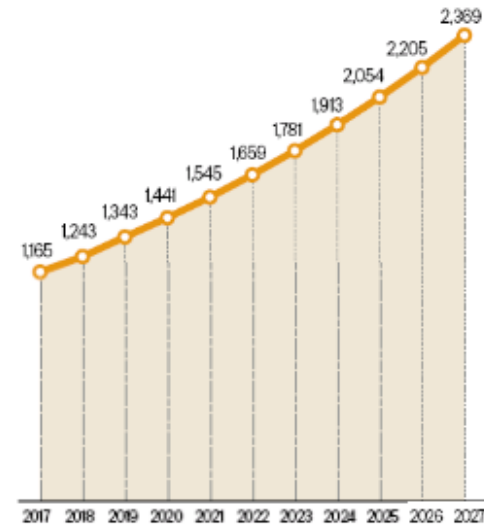
## NÚMEROS DA CRISE

A ESCALADA DOS GASTOS

**RESULTADOS PRIMÁRIOS DO GOVERNO CENTRAL**  
Tesouro, Previdência e Banco Central. Valores calculados em dezembro 2017, em R\$ bilhões



**EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS**  
Projeção, em R\$ bilhões



**PERCENTUAL DAS  
DESPESAS PRIMÁRIAS EM  
GASTOS OBRIGATÓRIOS**

**90,6%** em 2018

**102,3%** em 2021

Fonte: Ministério da Fazenda

Editoria de Arte

## Gasto obrigatório deve superar 100% da despesa em 2021

Falta de recursos levaria à paralisação da máquina pública

-BRASÍLIA- As despesas obrigatórias tendem a consumir uma fatia cada vez maior do Orçamento federal e poderão superar 100% do total dos gastos primários a partir de 2021. Isso é o que mostram projeções atualizadas da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan) do Ministério do Planejamento sobre o comportamento das contas públicas sem uma reforma da Previdência e uma contenção dos desembolsos com o funcionalismo.

Os números apontam que os desembolsos obrigatórios, o que inclui principalmente o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e folha de pessoal, terminarão 2018 em R\$ 1,242 trilhão, o que representa 90,6% da despesa primária da União. Esse valor subirá para R\$ 1,343 trilhão (93,6%) em 2019 e baterá em R\$ 1,659 trilhão, ou 102,3% do total em 2021.

Isso indica um quadro de shutdown (paralisação) da máquina pública. A equipe econômica não terá qualquer espaço para gastar com manutenção de órgãos, serviços

para a população ou investimentos. Segundo as estimativas, as despesas não obrigatórias teriam de encolher ano a ano e, em 2021, o governo ainda teria de fazer um corte de R\$ 11,8 bilhões no Orçamento para fechar as contas.

### IMPACTO DE R\$ 20 BI NO ANO QUE VEM

Os cálculos da secretaria mostram que só os gastos com o Regime Geral da Previdência Social e a Loas subirão de R\$ 648,3 bilhões em 2018 para R\$ 849,7 bilhões em 2021, ou seja, 31%. Já o segundo maior gasto — com folha de pessoal — passará de R\$ 302,6 bilhões para R\$ 361,5 bilhões, ou 19,5%, na mesma comparação.

Segundo técnicos da área econômica, esse cenário deixa claro que qualquer governo que seja eleito este ano terá de enfrentar uma reforma da Previdência, sob o risco de colapsar a máquina pública. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já informou, por exemplo, que o adiamento das mudanças no regime de aposentadorias no país de 2018 para 2019 terá um impacto de quase R\$ 20 bilhões no Orçamento do ano que vem. (Martha Beck)



## Guardia é cotado para vaga de Meirelles

Políticos aliados do presidente Temer resistiriam, mas secretário executivo do Ministério é o principal nome para assumir a Fazenda

Adriana Fernandes  
Carla Araújo/ BRASÍLIA

Apesar de resistência entre os aliados políticos do Palácio do Planalto, Eduardo Guardia é o nome mais cotado neste momento para substituir Henrique Meirelles no comando do Ministério da Fazenda, caso o ministro decida deixar o cargo para concorrer à Presidência da República nas eleições de outubro. Número dois na hierarquia da Fazenda, Guardia tem a preferência do próprio Meirelles. A avaliação é a de que manter a continuidade na equipe é o melhor caminho para evitar turbulências desnecessárias nesta reta final de governo, quando se espera que o governo avance em projetos importantes da agenda de medidas microeconômicas.

O cenário para o fim da gestão Michel Temer é positivo, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que pode superar as expectativas e chegar a 3,4%,

arrecadação em alta, inflação baixa e juros que tendem a cair ainda mais. Em São Paulo, Guardia disse que qualquer conversa sobre assunto é especulação. "Vamos aguardar a decisão do ministro", afirmou ao Estadão/Broadcast, depois de ter sido questionado se aceitaria convite para assumir o cargo. Meirelles terá de pedir demissão do cargo até o dia 7 de abril, caso resolva ser candidato a presidente.

Ele tem feito pesquisas para avaliar a chance de vencer e tem conversado com partidos que poderiam lançá-lo na disputa. Discreto, Meirelles não comenta com seus auxiliares diretos questões envolvendo seu futuro político. A reportagem apurou que não foi positiva a repercussão entre investidores e outros agentes do mercado do nome do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, o que teria reforçado o nome de Guardia. A seu favor, Oliveira tem o apoio do líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (MDBRR), e grande interlocução com as lideranças dos partidos no Congresso, experiência que acumula desde o período em que foi secretário executivo no

Ministério da Fazenda, mesmo cargo hoje ocupado por Guardia.

Oliveira ganhou a confiança do presidente Michel Temer, depois do sucesso da liberação de recursos das contas inativas do FGTS, uma proposta que nasceu no Planejamento. Planos. As especulações em torno de substituto de Meirelles esquentaram depois que o ministro da Fazenda, na semana passada, assumiu de forma muito clara os planos de candidatura. Admitiu até mesmo disputar a eleição com Temer. No Planalto, auxiliares do presidente reconhecem que o cargo é importante e que o nome de Guardia poderia ser bem recebido pelo mercado.

Segundo um interlocutor, o seu nome seria "testado" num primeiro momento como interino. A avaliação, entretanto, ainda é vista com cautela, pois no Planalto - apesar de reconhecerem que Meirelles é cada vez mais candidato - a ordem é esperar a oficialização por parte do ministro, o que ainda não aconteceu./ COLABOROU ANDRÉ ÍTALO ROCHA

ANDREZA MATAIS E MARCELO  
DE MORAIS

» **Deu samba.** O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Batista Brito Pereira, citou cada autoridade no agradecimento no discurso de posse. Ao se referir ao titular do Planejamento, mencionou Diogo Nogueira, o sambista, e não Dyogo Oliveira, o ministro.



## Aposentadoria aos 55? No Brasil, tem

Governo desistiu da reforma que iria aumentar a idade mínima para as pessoas se aposentarem, mas País terá de enfrentar o problema

Shasta Darlington - THE NEW YORK TIMES

Em quase todo o mundo, trabalhadores têm dificuldade até em imaginar o que é aposentar-se aos 55 anos e continuar ganhando 70% do último salário até o fim da vida. No Brasil, porém, essa tem sido a norma há décadas, o que ajuda a explicar o grande número de cabeças grisalhas que corriam na Praia de Copacabana às 11 horas de um dia de semana recente.

O sistema também responde por um terço dos gastos governamentais brasileiros e contribuiu para o déficit orçamentário recorde de 2016.

Analistas e políticos de todas as tendências há muito admitem que esse modelo de aposentadoria, além de insustentável, é um dos principais fatores dos incessantes problemas econômicos do país.

"O Brasil tem um dos mais generosos sistemas previdenciários do mundo", disse Chris Garman, diretor-gerente do Eurasia Group, uma consultoria de risco político, "e sem uma revisão das pensões caminha para a insolvência e para uma crise de dívida".

Um estridente sinal de alerta foi ouvido no mês passado quando a Standard & Poor's rebaixou a nota

de crédito do Brasil, a maior economia da América Latina, colocando-a ainda mais baixo no chamado "território junk", ou seja, abaixo do grau de investimento. O rebaixamento ocorreu em meio a difusas esperanças de que o Congresso brasileiro iria reformar o sistema previdenciário neste ano eleitoral.

A agência de classificação estava certa. O presidente Michel Temer e o Congresso desistiram oficialmente de tentar passar a lei de aposentadoria – empurrando o problema para depois da eleição de outubro.

Na sexta-feira, a Fitch Ratings acompanhou a S&P e também rebaixou a nota de crédito brasileira. Temer anunciou a reforma previdenciária como uma de suas principais bandeiras ao assumir o governo, depois do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Mas, sua presidência, em lugar de impulsionar o que Temer chamou de agenda pró-negócios, tem sido marcada por turbulências e escândalos.

O governo Temer trabalhou com o Congresso por uma revisão da legislação previdenciária tanto para o setor público quanto para o privado. Entre outras mudanças, a proposta estabelecia idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Hoje, não há idade mínima.

Temer tentou conquistar apoio para a proposta com um simples e

sombrio alerta veiculado nos sites do governo e na mídia social advertindo: "Todos com a reforma da Previdência para que o Brasil não vá à falência". Mas, a pesar da declarada determinação do presidente, uma decisão que ele tomou neste mês bloqueou efetivamente qualquer nova tentativa de aprovar a reforma.

Temer assinou decreto que põe as Forças Armadas a cargo da segurança pública no Rio para conter a violência criminosa – e, pela Constituição, o Parlamento não pode fazer mudanças constitucionais abrangentes durante intervenções militares.

Temer inicialmente insistiu em que a revisão previdenciária poderia ser feita com a suspensão temporária da intervenção. Entretanto, o alerta pessimista sobre a falência do País desapareceu dos sites do governo na semana passada e tanto o presidente do Senado, Eunício Oliveira, quanto o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marum, têm dito desde então que o decreto foi engavetado.

"Após consultas e discussões com ministros do Supremo Tribunal Federal, a conclusão é de que a reforma está suspensa em consequência do decreto de intervenção", disse Marum a jornalistas na semana passada.

A opinião do Supremo não foi o único fator negativo. "Não temos os votos para aprovar a reforma – e não





posso garantir ao governo que os teremos até o fim de fevereiro", disse Marum.

Caixão. Mesmo alguns adeptos de Temer disseram que ele assinou o decreto de intervenção em parte para evitar uma embaraçosa derrota no Congresso. "Foi uma desculpa para evitar a votação – o último prego no caixão da reforma da Previdência", disse o deputado Alex Canziani, da coalizão governista.

O momento dos debates sobre a reforma não poderia ser pior para os apoiadores da revisão. Com eleições em outubro, poucos parlamentares estão dispostos a dizer aos eleitores que eles terão de trabalhar por mais tempo e ganhar menos na aposentadoria.

Vender essa ideia para o eleitorado é particularmente difícil considerando-se quanto a elite política está impopular em meio a uma avalanche de escândalos e do crescente escrutínio sobre altos salários e generosas mordomias que desfrutam parlamentares e outros funcionários federais.

"Não vai decolar porque os eleitores estão com raiva dos políticos", disse Garman, o consultor. Segundo ele, a reação do eleitor é de ultraje: "Vocês estão nos roubando e ainda esperam que trabalhemos mais?"

Elisabete Lopes Santos, aposentada de 57 anos, concorda. "Se todos contribuem para o sistema de aposentadorias, como é que ele pode estar quebrado? Estão desviando dinheiro."

Protestos. Os brasileiros foram às ruas canalizar sua ira não apenas em

protestos e greves, mas também em desfiles de carnaval. Grupos sindicais puseram a seguinte letra num samba: "Senhor congressista, senhor senador, cuidado: vejam a rebelião. Quem votar pela reforma de Temer não se reelegerá."

No Brasil, os homens se aposentam em média aos 56 anos e as mulheres aos 53, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que concluiu que o sistema é insustentável.

Quanto mais tempo a pessoa trabalhar, mais vai ganhar na aposentadoria. Os aposentados recebem em média 70% do último salário e a pensão está indexada a um salário mínimo que sobe constantemente. Quando o

aposentado morre, viúvas e viúvos podem herdar a aposentadoria total do cônjuge e somá-la à própria aposentadoria.

Os gastos com aposentadoria no Brasil subiram para 8,2% do PIB em 2016, de 4,6% em 2014. A população é jovem em comparação à média mundial e a conta da aposentadoria pode chegar a 17% do PIB em 2060 se as regras não forem mudadas.

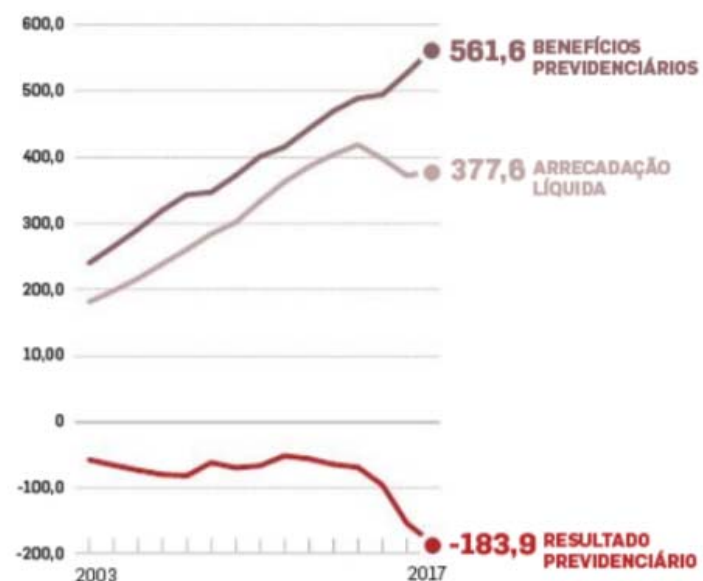
A Câmara dos Deputados vem diluindo o alcance das reformas propostas e atrasando a votação na esperança de que mais facções políticas se juntem ao governo. Mas as últimas contagens mostraram que o governo está pelo menos 40 votos abaixo da maioria de dois terços necessária para a aprovação. / TRADUÇÃO DE ROBERTO MUNIZ

## A PREVIDÊNCIA DO PAÍS

● Governo Michel Temer espera economizar com a reforma R\$ 600 bilhões em dez anos

### Receita X despesas

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONJUNTURA »**Embate para indicar sucessor na Fazenda**

Wilson Dav/Agência Brasil - 27/5/17



Eduardo Guardia, secretário-executivo da pasta, é preferido de Meirelles

Marcelo Camargo/Agência Brasil - 12/12/17



Oliveira tem o apoio do líder do governo no Congresso, Romero Jucá

*Possível candidatura de Meirelles à Presidência precipita discussão sobre quem assumirá o comando da equipe econômica. Para disputar a eleição, porém, o ministro precisa superar barreiras políticas e melhorar nas pesquisas*

» ANTONIO TEMÓTEO

» HAMILTON FERRARI -  
ESPECIAL PARA O CORREIO

Sem ainda ter emplacado a candidatura ao Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, está no meio de um embate para escolher quem o sucederá no comando da equipe econômica. Meirelles é favorável à nomeação do secretário-executivo da pasta, Eduardo Guardia, mas enfrenta oposição do líder do governo no Congresso Nacional,

senador Romero Jucá (MDB-RR), que defende o nome do ministro da Planejamento, Dyogo Oliveira, para ocupar o posto.

Interlocutores de Meirelles minimizam as barreiras à sua candidatura e a queda de braço com Jucá. Um deles detalhou que seria natural ele ter a prerrogativa de escolher alguém da própria equipe para substituí-lo. “A lógica é a de que ele deixasse o cargo para o secretário-executivo. Jucá pode ter interesse, mas, no fim, quem decide é o presidente Michel Temer”, afirmou.

No Ministério da Fazenda, entretanto, o movimento de troca de comando é considerado precipitado, porque Meirelles ainda não definiu se vai disputar a presidência. Em

entrevistas anteriores, ele disse de que continuaria na Fazenda até o fim de 2018 se não for candidato, e que só concorrerá com apoio do governo.

Jucá está no grupo dos que têm protagonizado embates com o ministro da Fazenda. Em diversas oportunidades, ele se antecipou a Meirelles e anunciou medidas econômicas antes do ministro. Na semana passada, o senador afirmou que Dyogo Oliveira é o melhor nome para chefiar a equipe econômica caso Meirelles deixe o posto. Oliveira caiu nas graças de Temer após sugerir os saques de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/Pasep. Discreto, o chefe do Planejamento tem evitado os holofotes e orientou os auxiliares mais





próximos a não comentarem a possibilidade de ele ir para a Fazenda.

O sonho de Meirelles de ocupar o Planalto em 2019 ganha novos obstáculos a cada semana. Bem visto pelo mercado financeiro, empresários e investidores, ele encontra resistências no meio político para ser aclamado como o candidato de centro que continuaria a executar a agenda de reformas e ajustes necessários para colocar a economia nos trilhos.

As principais oposições ao ministro partem do próprio partido, o PSD, integrante da base do governo, que analisa as chances de o presidente Michel Temer concorrer à reeleição, e do PSDB, que busca o apoio do chefe do Executivo para disputar o pleito.

### **Reações**

De olho nos movimentos que tentam barrar sua candidatura, Meirelles afirmou ontem que, “se o PSD decidir fechar questão em São Paulo, certamente há convites de outros partidos”, disse, sem identificar as agremiações que o procuraram. As declarações são uma reação às costuras políticas do presidente do PSD, o ministro de Ciência, Tecnologia e Comunicações, Gilberto Kassab, que negocia uma vaga de vice na provável chapa liderada por João Doria (PSDB) ao governo de São Paulo. Em troca, o PSD apoiaria a candidatura do atual governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB) à Presidência da República.

Após as declarações do correligionário, Kassab elogiou o

ministro da Fazenda, mas indicou que ele pode ficar fora do páreo. “No momento certo, o ministro ou o partido vai definir se um candidato nosso, pelas circunstâncias, não por suas qualidades, é adequado para disputar as eleições, ou se iremos partir para uma coligação. Vamos aguardar mais alguns dias”, disse.

Em reunião com o presidente Temer no fim de semana, Meirelles ouviu que precisa melhorar o desempenho nas pesquisas até abril se quiser ser aclamado como candidato do MDB ao Planalto. Durante o encontro, o presidente disse que não pretende ser candidato, mas que seria necessário angariar o apoio dos caciques do partido, entre eles o senador Romero Jucá (MDB-RR), para disputar a corrida eleitoral.

Outro interlocutor ressaltou que o ministro terá que definir se vai sair do ministério e se vai mudar de sigla até 7 de abril. O prazo está cada vez mais apertado, mas nem o PSD e nem o MDB demonstram entusiasmo pelo nome. Na noite de domingo, por meio das redes sociais, Meirelles reforçou a intenção de ser candidato. Na postagem, lembrou que foi presidente mundial de um banco presente em 32 países. “Tinha atingido o máximo na carreira, mas pensei: o que estou fazendo aqui? Eu estudei em colégio público no Brasil. Está na hora de devolver ao povo brasileiro um pouco de tudo aquilo que ele me proporcionou”, afirmou.

As dúvidas quanto à candidatura do ministro da Fazenda vão além das disputas políticas. Muitos avaliam que falta a ele carisma e facilidade de

interlocução com o povo. Na avaliação do cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, o ministro não consegue assumir uma bandeira efetivamente positiva. “Se ele deixar o Ministério da Fazenda agora, parece que não terá muitos elementos favoráveis para alavancar a candidatura. Não há nenhuma agenda grandiosa que ele esteja conduzindo”, considerou.

Fora isso, o Palácio do Planalto não vê, em Meirelles, o nome que vai cativar a sociedade. Parlamentares do PSD também afirmam que ele não têm as condições necessárias para ser um candidato competitivo. “Não há dúvidas no governo de que ele tem amplo apoio do mercado, mas o discurso ainda é muito econômico, o que não agrada aos eleitores”, disse um interlocutor palaciano.

### **Dívida cai 0,87%**

A dívida pública federal (DPF) caiu 0,87% em janeiro, atingindo

R\$ 3,53 trilhões. Os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Em dezembro, o estoque estava em R\$ 3,56 trilhões. Segundo o Tesouro, a queda ocorreu devido ao resgate líquido de papéis, que somou R\$ 109,3 bilhões, mais do que a soma das emissões, que totalizaram R\$ 56,8 bilhões, com o valor da incorporação de juros no estoque de títulos, que foi de R\$ 21,7 bilhões. A DPF inclui a dívida interna e externa. A dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) caiu 0,87%, para R\$ 3,4 trilhões. Já a dívida pública federal externa (DPFe) ficou 0,76% menor, somando R\$ 122,8 bilhões.

## Mosca da eleição

VICENTE NUNES

Ainda que não veja viabilidade política na candidatura de Henrique Meirelles à Presidência da República, o presidente Michel Temer dá como certo que seu quase ex-ministro da Fazenda irá para o tudo ou nada nas urnas em outubro próximo. “Cada um corre os seus próprios riscos”, diz o emedebista, inclusive em relação a si próprio, que foi picado pela mosca da reeleição, mas acredita que está conseguido domar o veneno da vaidade.

Para Temer, somente uma virada muito, mas muito forte na sua popularidade nos próximos meses o levaria a inscrever seu nome nas cédulas que serão definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como ele não acredita muito em milagres, quer priorizar seu cacife para escolher quem será o candidato do Palácio do Planalto à sua sucessão. Meirelles, se fosse mais palatável, seria o escolhido sem hesitação. O presidente, então, mapeia as forças reais do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB).

Em conversas com os aliados mais próximos, Temer reconhece que, mesmo não sendo bom de votos — quase não conseguiu se eleger deputado federal pelo Rio de Janeiro na última eleição —, Rodrigo Maia pode surpreender, sobretudo se souber escolher um bom representante do Nordeste como vice. Um dos interlocutores do presidente chega a dizer que, se Maia for para o segundo turno, vence a disputa. Temer não tem essa certeza, reconhece, porém, que não há como subestimar o presidente da Câmara, que tem um discurso muito palatável entre os eleitores.

Quanto a Alckmin, o presidente acredita que é o melhor candidato. Contudo, terá que costurar alianças muito poderosas e construir palanques fortes nos três maiores colégios eleitorais — São Paulo, Minas Gerais e Rio — e fincar posição em estados importantes do Nordeste, como Pernambuco, Ceará e Bahia. Temer admite que o governador paulista tem habilidade para construir o apoio que precisa, mas, antes de tudo, precisa pacificar o PSDB, seu partido.

Fora do radar

Na avaliação de Ivo Chermont, economista-chefe da gestora de recursos Quantitas, dos três candidatos que disputam o apoio do Planalto, o mais forte para vencer a disputa pela Presidência da República é Alckmin. Ele ressalta que o mercado está apostando firme no tucano, pois não vê nenhuma chance de vitória em Meirelles nem em Maia. “Esses dois estão fora do radar dos investidores. São atores políticos muito importantes, porém, não empolgam como candidatos”, assinala.

Em relação a Meirelles, o que realmente os investidores querem saber é quem irá sucedê-lo no Ministério da Fazenda. Pelo que foi acertado com Temer, o ministro dará a palavra final sobre o futuro chefe da equipe econômica. Neste momento, o nome mais provável é o de Eduardo Guardia, atual secretário executivo da pasta. Isso se encaixa na ideia do presidente de dar um caráter mais técnico ao ministério a partir de abril, quando se encerra o prazo de desincompatibilização dos que disputarão as eleições.







Temer, por sinal, já fez chegar a Dyogo Oliveira que ele continuará no comando do Ministério do Planejamento, a despeito de todo o lobby do senador Romero Jucá (MDB) a fim de transferir seu pupilo para a Fazenda. O presidente acredita que não há porque comprar essa briga com Meirelles, pois lhe deve muito, sobretudo por ter conduzido com sucesso a política econômica.

O emedebista não esconde que gostaria de terminar seu mandato com Meirelles como ministro. O problema é que o subordinado já montou toda a estrutura para botar sua campanha ao Planalto nas ruas. Os próximos dias vão mostrar o que pesará mais, a vaidade ou o senso de realidade.